



**XXII MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A formatação e a revisão linguística são de responsabilidade dos autores.

**XIV SALÃO DE
EXTENSÃO, PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

**21^A25
OUT
2024**

FACCAT
www.faccat.br

A NECESSIDADE DE SE ESTABELECEER UMA GOVERNANÇA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VISANDO A MITIGAÇÃO DAS DISCRIMINAÇÕES ALGORÍTMICAS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, EM ESPECIAL, DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Graduação: Direito

Área temática: Negócios, administração e direito

Resultados: Parcial

Forma de apresentação: Oral presencial

Tatiéle Welter¹; Ricardo Silveira Castro ²

RESUMO:

A pesquisa versa sobre a governança no âmbito da inteligência artificial e a proteção aos direitos fundamentais. No intuito de se verificar uma resposta a essa temática, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais os pressupostos éticos para o estabelecimento de uma governança sobre a inteligência artificial que afastem os vieses discriminatórios e concretizem os direitos fundamentais, em especial, o direito à proteção de dados pessoais? Visando responder ao problema, o trabalho proposto tem por objetivo geral analisar quais os pressupostos éticos para o estabelecimento de uma governança sobre a inteligência artificial que possam vir a afastar os vieses discriminatórios e concretizar os direitos fundamentais, em especial, o direito à proteção de dados pessoais. E, por objetivos específicos: a) estudar os direitos fundamentais, em especial, o direito fundamental à proteção de dados pessoais e os aspectos que envolvem a inteligência artificial; b) pesquisar sobre o uso ético da inteligência artificial e a discriminação algorítmica; c) discutir a necessidade se estabelecer uma governança sobre a inteligência artificial que possa efetivar e concretizar os direitos fundamentais, em especial, o direito à proteção de dados pessoais. Quanto à metodologia, está pautada numa pesquisa bibliográfica e documental. A presente pesquisa está na fase de conclusão da análise dos resultados e redação, não possuindo, ainda, resultados concretos.

Palavras-chave: Governança. Inteligência artificial. Proteção de dados pessoais.

REFERÊNCIAS

FEFERBAUM, Marina; SILVA, Alexandre Pacheco da; COELHO, Alexandre Z.; et al. Ética, Governança e Inteligência Artificial. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786556279145. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556279145/>.

PALMEIRA, Mariana de Moraes. Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis. In: PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Educação, 2021. SAAVEDRA, Giovani A;

¹ Acadêmica das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. tatielewelter@sou.faccat.br

² Doutor e Mestre em Direito Constitucional; Professor e Pesquisador; Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT); <http://ricardocastro@faccat.br>.



**XXII MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A formatação e a revisão linguística são de responsabilidade dos autores.

**XIV SALÃO DE
EXTENSÃO, PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

**21^A25
OUT
2024**



FACCAT

www.faccat.br

SARLET, Ingo W. Fundamentos jusfilosóficos e âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais. RDP, Brasília, vol. 17, n.93, pp. 33-57, maio/jun. 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4315/Sarlet%3B%20Saavedra%2C%202020>.